

SEM PROTOCOLO

REDE NO MERCADO DE AÇÕES

A partir de 1988, a Rede Ferroviária Federal vai ingressar no mercado de ações, passando por um processo de modernização empresarial e consolidação de empresas especializada no transporte de mercadorias. Estes planos fazem parte do Projeto Global de Recuperação e Modernização do Sistema Ferroviário, que prevê recursos de US\$ 1,5 bilhão.

Durante solenidade de assinatura de um convênio entre a Rede Ferroviária e o DNDES, o Presidente José Sarney lembrou que a idéia de que ferrovia é coisa do passado já está ultrapassada. Hoje, a ferrovia é o transporte do futuro. A rede quer aumentar a sua rentabilidade através do aumento do transporte de mercadorias dos atuais 38,8 bilhões de toneladas por quilômetros úteis para 49,3 bilhões em 1990. O objetivo é conseguir uma redução do custo operacional a uma média de 2,5% ao ano.

PESQUISA MINERAL COM A COLÔMBIA

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais está discutindo com o governo colombiano um programa conjunto de exploração e pesquisa de carvão metalúrgico da região do Carare, ao norte de Bogotá, e de minérios na região de Guainia, na fronteira noroeste do Brasil, uma região conhecida como Cabeça do Cachorro.

Na bacia carbonífera do Carare o carvão é extraído de forma rudimentar e com um baixo controle de qualidade. O interesse do governo colombiano é criar condições para melhorar o escoamento do minério, através da construção de um ramal ferroviário que permita a ligação da região com o porto de Santa Marta, no litoral atlântico da Colômbia. Outro interesse deste país é discutir com os especialistas brasileiros a exploração mineral na região da Cabeça do Cachorro, onde a CPRM já vem realizando estudos aerogeofísicos e pesquisas de magnetometria e gamaespectrometria.

LICITAÇÃO PARA HELICÓPTEROS

O Ministério do Exército abriu licitação para a compra de helicópteros destinados a equipar a recém-criada aviação da Força Terrestre. As propostas devem ser julgadas ao final de outubro e já anunciaram que vão participar da licitação os dois grandes fabricantes de helicópteros em todo o mundo: a *Sikorsky*, dos Esta-



dos Unidos, e a *Aerospatiale*, da França. A *Aerospatiale* é associada da Engesa e tem no país uma unidade montadora, a Helibrás, tendo sido supridora das últimas encomendas da Marinha e da FAB. Já a *Sikorsky* fabrica um produto considerado o preferido pelos especialistas do Exército, o robusto *Blackhawk*, considerado o melhor helicóptero militar jamais fabricado.

INCRA PREOCUPADO COM TERRAS EM MÃOS DE ESTRANGEIROS

O Incra preparou para o governo um relatório sobre o total de terras hoje em mãos de estrangeiros no Brasil. De acordo com os dados gerais do documento, ao todo 7 milhões e 721 mil hectares de terras brasileiras foram adquiridas por estrangeiros. De acordo com a legislação em vigor, só podem ser adquiridos por não-brasileiros até 25 por cento da área total de um município. Mas a lei não vem sendo obedecida, de acordo com o relatório do Incra. Um exemplo: No município de Presidente Kennedy, em Goiás, a área permitida para estrangeiros é de 59 mil e 575 hectares. Mas italianos, portugueses e sírios possuem hoje 127 mil hectares. Pelo menos 13 municípios brasileiros têm mais de um quarto de sua área nas mãos de estrangeiros. Estes municípios são: Pederneras (SP), Miracatu (SP), Iguape (SP), Catolândia (BA), Benevides (PA), Inajá (PR), Jardim Olinda (PR), Lagoa dos Gatos (PE), Rialma (GO), Presidente Kennedy (GO), Fonte Alta do Norte (GO),

Barra do Garças (MT) e Chapada dos Guimarães (MT). Neste último município, quase toda a área está em mãos de estrangeiros: de um total permitido de 150 mil hectares, estão ocupados hoje um milhão e 382 mil hectares.

O QUE DISSE A IMPRENSA

ESTADO DE SÃO PAULO Projeto Aluízio, é bom em qualquer regime

Pelo sim, pelo não, o ministro Aluízio Alves acaba de preparar minucioso projeto de lei reformulando de alto a baixo a mecânica de funcionamento da administração federal. Pessoalmente, inclina-se pela adoção do parlamentarismo, mas reconhece que, sem uma estrutura administrativa eficaz e independente das seqüelas políticas, será difícil esse sistema de governo funcionar. Pretende enviar o projeto ao Palácio do Planalto, nas próximas semanas, mas sabe que o Congresso não terá condições de aprová-lo de pronto. Só no ano que vem. Assim, encontra mais um motivo para sustentar que, se estabelecido o parlamentarismo, ele só venha a entrar em vigor após o término do mandato do presidente José Sarney. Haveria tempo, então, para que a administração pública se reciclasse conforme as novas diretrizes e estivesse preparada para, em 1990, responder às exigências que dela se precisará esperar.

Ainda que o parlamentarismo não seja adotado, diz o ministro da Administração, que nem por isso a reforma será inócua.

Pelo contrário, renovará as estruturas da administração direta e indireta, realizando justiça para os funcionários e abrindo caminhos para que o mérito sirva de fator principal na atuação de cada um.

Que reforma é essa? Com cautela, o ministro avança alguns sinais, apesar de o Presidente José Sarney já ter discutido e aprovado as sugestões. A idéia central é de criar uma administração desvinculada das injunções políticas. Assim, quando um ministro for designado, não acontecerá mais como acontece hoje, quando ele pode demitir e designar uma infinidade de funcionários, dos diretores de departamento aos chefes de seção, dos contínuos que servem o cafezinho aos motoristas e ascensoristas. Pela proposta, o no-

SEM PROTOCOLO

vo ministro nomearia apenas o chefe do Gabinete, o secretário-geral e um pequeno grupo de assessores pessoais, grupo que não passaria de 20 pessoas, acabariam as funções de DAS e FAS, abrindo-se aos servidores públicos não só possibilidades de melhores salários, dentro das mesmas funções, como o acesso funcional dentro de planos de carreira estruturados. Concursos periódicos, internos, e cursos realizados através de convênios com as universidades e na escola de administração e no centro administrativo de desenvolvimento, dariam condições para a ascensão dos servidores. Quem chegar aos postos funcionais mais altos não poderá ser deslocado por questões políticas. Mesmo os diretores de departamento serão escolhidos pelos ministros, dentro do quadro que encontrarem. Não poderão trazer gente de fora.

Esses mesmos princípios serão aplicados na administração indireta, ou seja, valerão para as empresas estatais. O resultado será uma administração eficiente e em condições de não sofrer solução de continuidade quando ocorrerem mudanças ministeriais, seja em crises de gabinete, se for aprovado o parlamentarismo, seja dentro das condições peculiares ao presidencialismo. Não significa que o governo venha a ser diminuído ou condicionado. É claro que o Presidente da República e os ministros definirão as prioridades, as linhas básicas de ação e a alta política. Se a eles caberá definir os rumos do País, no entanto, assistirão à rotina administrativa que não sofrer interrupções, ou paralisações.

Até hoje, diz Aluizio Alves, o Brasil chegou a meros planos salariais, sempre que cuidou da questão administrativa. Inexistiram condições para uma reforma em profundidade no plano funcional. É muito difícil, quase impossível, a um escritor, crescer na escala funcional e chegar a chefe de seção. Como o projeto referido, as coisas se passarão de modo diferente. A ascensão funcional estará aberta a todos, desde que, é claro, busquem aprimorar-se através de cursos e de concursos.

Sua sugestão é para que determinados serviços auxiliares, como os de vigilância e segurança, motoristas, contínuos, garçons, cozinheiros e ascensoristas, formem um grupo à parte, contratado para a prestação de serviços. Não seriam mais funcionários públicos, ainda que respeitados os direitos adquiridos até agora. Porque, hoje, se um desses funcionários é competente, fica a vida inteira naquela função.



Se não é, também fica, encostado ou servindo mal.

Outra norma rígida do projeto será de que ninguém mais entrará no serviço público sem concurso de provas. Extingue-se a possibilidade de contratações ou admissões por baixo do pano.

Haveria reação da classe política, historicamente interessada em nomear o maior número possível de amigos, compadres, familiares e cabos eleitorais? Aluizio Alves acha que não. Muito pelo contrário. Um dos martírios dos políticos está em receber todos os dias centenas de pedidos, quase todos para nomeações. Se eles tivessem uma espécie de escudo protetor, baseado na resposta de que "sem concurso ninguém é nomeado", ficariam mais do que felizes.

Haverá em breve uma solenidade no Palácio do Planalto, marcando o envio do projeto ao Congresso ainda este ano. Supondo-se que deputados e senadores aprovem a matéria no final do primeiro semestre de 1988, haveria tempo de sobra para a implantação da reforma até a posse do novo Presidente da República, ao que tudo indica, em março de 1990, prevendo-se que as eleições presidenciais se realizem em novembro de 1989, ou seja, que o Presidente José Sarney permaneça cinco anos no poder. E tanto faz se, a partir daí estivermos sob o parlamentarismo ou continuarmos com o presidencialismo.

CORREIO BRAZILIENSE

Servidor quer influir na reforma do Governo

PRIVATIZAÇÃO

Um grupo de funcionários da administração direta e indireta do GDF reuniu-se ontem com o secretário da Reforma Administrativa, Arlécio Gazal, para reivindicar participação na elaboração do programa de reestruturação da máquina estatal, que o GDF pretende implementar nos próximos meses, Gazal considerou justo o apelo e ficou de estudar o assunto.

Os servidores querem representantes de cada empresa e órgão governamental, no Conselho de Política de Pessoal, que deverá elaborar os planos de cargos e salários do funcionalismo público. Reivindicam também participação na equipe da Secretaria da Reforma Administrativa, que vai estudar separadamente a situação atual de todas as empresas públicas e de economia mista.

"Queremos participar, para que a reforma não tenha o mesmo fim que a realizada pelo Governo Federal, que foi um fracasso, uma mera reestruturação orgânica do setor", explicou o presidente da Federação dos Servidores Públicos de Brasília, Arnóbio Queiroz. Para ele, a reforma na área federal não trouxe nada de positivo para os funcionários públicos, porque a categoria não foi ouvida.

A maior preocupação dos servidores é quanto à possibilidade de algumas empresas estatais serem privatizadas, sobretudo as que são comprovadamente deficitárias. "O GDF não pode decidir essa questão à luz de uma visão meramente técnica, isto é, somente quanto ao aspecto economicista", analisou a representante da Sociedade de Abastecimento de Brasília, Maria Luísa da Silva.

Maria Luísa afirmou que os servidores públicos vivem hoje em clima de inquietação, em função das "notícias veiculadas pela imprensa, dando conta de que diversas estatais serão entregues à iniciativa privada". Para ela, o GDF deve analisar a situação dessas empresas do ponto de vista "da função social econômica e política que exercem".

De acordo com a funcionária, corre solta uma campanha pela privatização da SAB, Terracap, Novacap e Proflora, entre outras. Maria Luísa disse que o GDF vem colaborando "conscientemente ou não" com o "esvaziamento" dessas empresas, ao pagar baixos salários aos funcionários.